

III

SUMÁRIO

Agradecimentos	iii
O autor	vii
I – Apresentação	ix
II – Prefácio	xi
III – Sumário	xiii

IV. CAPÍTULO I

Sistema Previdenciário Brasileiro – Evolução Histórica

IV.1 – Constituição da República de 1988 – Análise do Texto Original	1
IV.1.1 – Fase de transição.....	1
IV.1.2 – Os critérios Previdenciários adotados pela CR/88.....	4
IV.1.3 – Sobre a fonte de custeio.....	11
IV.2 – A “Primeira Reforma da Previdência”	15
IV.2.1 – Comentários iniciais	15
IV.2.2 – Critérios – número de contribuições e número mínimo de anos no cargo e no serviço público.....	15
IV.2.3 – Os efeitos da exigência de número de contribuições e número mínimo de anos no cargo e no serviço público no instituto da contagem recíproca dos tempos de serviço e/ou contribuição.....	16
IV.2.4 – Do deslocamento dos servidores ocupantes exclusivos de cargos de provimento em comissão para o RGPS (regime geral de previdência social).....	23
IV.2.5 – Conservação do Princípio da Solidariedade.....	26
IV.3 – A “Segunda Reforma da Previdência”	31
IV.3.1 – Comentários iniciais	31
IV.3.2 – A busca pela desoneração das Entidades Federadas	32
IV.3.3 – Contribuição previdenciária dos inativos	35
IV.3.4 – Abono de permanência	43

IV.3.5 – Normas de transição...	48
IV.3.6 – Tetos e Subtetos remuneratórios	51
IV.3.7 – Processo histórico-evolutivo - “Terceira reforma”?	54
IV.4 – Quadro didático de todas as normas jusconstitucionalizadas após 05/10/1988, afetas à aposentação no serviço público e auto-aplicáveis (normas “self executing”):	59
IV.4.1 – Regras de aposentação vigentes desde 05/10/1988 até 16/12/1998 (EC Nº 20/1998)	59
IV.4.2 – Regras de aposentação vigentes desde 16/12/1998 (EC nº 20/1998) até 19/12/2003 (EC nº 41/2003)	59
IV.4.3 – Regras de aposentação vigentes desde 19/12/2003 (EC Nº 41/2003), até 08/12/2004 (EC Nº 47/2005)	61
IV.4.4 – Regras de aposentação vigentes após 08/12/2004 (EC Nº 47/2005)	63
IV.5 – Carência de uma efetiva “terceira reforma”	64
IV.6 – Necessidade de desestatização da previdência social?	66

V. CAPÍTULO II

Comentários acerca das Principais Inovações do Sistema Previdenciário Brasileiro Instituídas pelas Emendas Constitucionais nº. 20/1998, 41/2003 e 47/2005

V.1 – Inconstitucionalidade do critério de idade concomitante ao critério de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria – EC 20/1998	71
V.2 – Desatrelamento do servidor ocupante exclusivo de provimento em comissão do regime próprio de previdência do servidor e suas consequências – EC federal nº 20/1998	78
V.3 – Apequenamento do direito à contagem recíproca dos tempos de serviço e/ou contribuição vertidos ao RGPS, para fins de aposentadoria no serviço público, pela norma inserta no art. 40, §1º, III, da CR/88, com a redação que lhe foi dada pela EC federal nº 20/1998 e suas consequências:	88
V.4 – Quebra do paritarismo inspirador de todas as leis constitucionais previdenciárias afetas à aposentadoria pela superveniência da EC federal nº 41/2003 – deslocamento da responsabilidade para entidades de previdência fechada e de direito público, com suas consequências:	92

V.4.1 – “Princípio da Estabilidade Financeira” e “Princípio Paritário”, como balizas inspiradoras do modelo previdenciário jusconstitucionalizado até a promulgação da EC federal nº 41/2003:	92
V.4.2 – Entidades Privadas de Previdência Complementar Criadas pelo Poder Público.....	99
V.4.3 – A Juridicidade da Participação Financeira do Orçamento Público no Custeio dos Benefícios Previdenciários Criados pelas Entidades Privadas de Previdência Complementar.....	104
V.5 - Proibição de criação de lei contendo previsão de contagem de tempo laborativo ficto para fins de aposentadoria, levada a efeito pela EC federal nº 20/1998 e suas consequências:.....	120
V.6 - A natureza jurídica do ato administrativo reconhecedor do direito à aposentadoria segundo os tribunais e seus reflexos diante das reformas constitucionais promovidas pelas EC's federais nºs 20/1998 e 41/2003:	126
V.7 – Forma de aplicação da norma prevista no art. 4º da EC federal nº 41/2003, criadora da chamada “contribuição previdenciária do inativo” face à interpretação que o STF vem adotando há algum tempo, a respeito da norma inserta no art. 40, §11, da CR/88, com a redação que lhe foi dada pela mesma EC federal nº 41/2003, disciplinadora dos chamados tetos e subtetos remuneratórios:	130
V.8 - O chamado “fator previdenciário” segundo as EC's Federais nº 20/1998 e 41/2003 e suas consequências:.....	137

VI. CAPÍTULO III

Aposentadoria Especial

VI.1 - A conversão do tempo especial em tempo comum	164
VI.2 – Aposentadoria especial por categoria (Enquadramento em categoria profissional – Decreto 53.831/64 e Decreto 83.080/79).....	170

VII. CAPÍTULO IV

Sistema Previdenciário dos Notários e Registradores

VII.1 – As atividades notariais/registrais e os direitos previdenciários dos oficiais das serventias:	175
---	-----

VII. 2 - Do regime de previdência para aqueles não alcançados pela norma inserta no art. 208 da CF/67, com a redação que lhe foi dada pela EC federal nº 22/1982	178
--	-----

VIII. CAPÍTULO V

O Verdadeiro “Papel” do Ministério Público após o advento da Atual Ordem Constitucional Brasileira

VIII.1 – O sistema previdenciário dos membros do Ministério Público, seu regime jurídico e suas especificidades previstas na Constituição Federal:	196
VIII.2 – O sistema previdenciário a que atualmente estão submetidos os membros do Ministério Público.....	220

IX. CAPÍTULO VI

O Sistema de Previdência Social dos Magistrados e suas Especificidades Previstas na Constituição Federal

IX.1 – Registro acerca dos comentários sobre os sistemas de previdência afetos às classes da Magistratura e do Ministério Público	251
---	-----

X

Considerações Finais

X.1 - Sugestões para melhoria da gestão dos serviços públicos previdenciários, enquanto não sobrevier outra reforma legislativa de todo o sistema no plano constitucional:.....	253
X.2 – Necessidade de se promover uma releitura do princípio da tripartição harmônica dos poderes constituídos e da teoria dos freios e contrapesos para remodelação do pacto federativo brasileiro:	257
X.3 – Necessidade de se reler as velhas teorias de organização do Estado e do conceito de “interesse público” no atual momento histórico homenagem especial:.....	263

XI

Referências

Referências.....	273
------------------	-----



XII

Anexos

XII. 1 – Anexo A – Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005	275
XII.1.1 – Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998	275
XII.1.2 – Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003	289
XII.1.3 – Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.....	297
XII.2 – Anexo B – Contracheque do Pai do Autor	301